

# *Do Presente do Subjuntivo ao Presente do Indicativo: indícios de transição na escrita catarinense*

Tatiana Schwochow **PIMPÃO\***  
Edair Maria **GÖRSKI\*\***

\* Doutora (2012) em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora no Curso de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Contato: [tatianapimpao@furg.br](mailto:tatianapimpao@furg.br).

\*\* Doutora (1994) em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Contato: [edagorski@hotmail.com](mailto:edagorski@hotmail.com).

## **Resumo:**

Situado numa interface entre a teoria da variação e mudança e o funcionalismo linguístico, este artigo, revisitando o trabalho de Pimpão (2012), objetiva examinar o contexto variável de presente do subjuntivo (PS) e presente do indicativo (PI) em uma amostra diacrônica composta por cartas ao redator publicadas em jornais das cidades de Florianópolis e de Lages (SC) a partir do final do século XIX até o final do século XX, buscando indícios contextuais de transição. Uma investigação mais refinada dos dados com foco na periodização histórica permitiu identificar, além do aumento de frequência de PI a partir da década de 1960, os contextos favoráveis à expansão dessa forma verbal (submodo epistêmico com projeção temporal espreada e orações substantivas objetivas diretas com verbos de cognição, notadamente o item lexical *achar*) e os contextos de restrição (submodo deôntico com projeção futura e orações com gatilhos formais, como *talvez* e conjunções concessivas). Os resultados desses fatores que atuam imbricadamente, coocorrendo com PS e PI em cada período e ao longo do tempo, dão sustentação à ideia de que PI, em transição gradual, vai lentamente se espalhando para o domínio funcional de PS, na escrita catarinense.

## **Palavras-chave:**

Presente do indicativo. Transição. Escritas catarinense.

*Signum: Estudos da Linguagem, Londrina, v. 22, n. 3, p. 176-204, dez. 2019*

*Recebido em: 31/08/2019*

*Aceito em: 01/04/2020*

# Do Presente do Subjuntivo ao Presente do Indicativo: indícios de transição na escrita catarinense

---

Tatiana Schwochow Pimpão; Edair Maria Görski

## INTRODUÇÃO

Inúmeros trabalhos têm evidenciado o uso variável das formas verbais de presente do modo subjuntivo (PS) e de presente do indicativo (PI) no português falado em diferentes regiões do Brasil, tais como, na Região Sul: Costa (1990), Pimpão (1999, 2012) e Fagundes (2007); na Região Sudeste: Botelho Pereira (1974), Wherritt (1977), Rocha (1997), Alves Neta (2000), Gonçalves (2003), Santos (2005), Almeida (2010) e Barbosa (2011); na Região Nordeste: Meira (2006), Carvalho (2007), Oliveira (2007), Vieira (2007), Alves (2009). Dentre esses, atestaram variação também na escrita: Alves Neta (2000), Alves (2009), Almeida (2010) e Pimpão (2012), sendo que apenas Almeida e Pimpão realizaram estudos propriamente diacrônicos. Um painel detalhado desses estudos pode ser conferido em Pimpão (2012).

Embora não haja uniformidade metodológica entre esses trabalhos – na circunscrição do envelope de variação, na composição dos grupos de fatores controlados e nem nas amostras examinadas – entrevistas sociolinguísticas, programas de TV, testes, redações, textos escritos diferenciados entre os séculos XIII e XX (auto jurídico, diálogo, editorial, notícia, peça teatral, carta oficial, familiar e pessoal), na amostra de Almeida (2010); e carta ao redator, na amostra de Pimpão (2012) –, alguns resultados em termos de tendências gerais podem ser tomados comparativamente. Estamos cientes, contudo, de que essa ausência de simetria metodológica entre as pesquisas exige cautela em qualquer tentativa de comparação, cuidado também requerido em eventual busca de generalizações acerca do comportamento do PS no português do Brasil (cf. PIMPÃO; GÖRSKI, 2010; PIMPÃO, 2012; BRAGANÇA, 2017).

Isso posto, as reflexões desenvolvidas neste artigo tomam por base resultados obtidos por Pimpão (2012) na análise de amostras de cartas ao redator publicadas em jornais catarinenses das cidades de Florianópolis e de Lages<sup>1</sup> no período compreendido

---

<sup>1</sup> A amostra é constituída por cartas ao redator dos seguintes jornais: Florianópolis: *O Despertador*, *O Conservador*, *Gazeta do Sul*, *República*, *O Estado*, *Sul-Americano*, *O Dia*, *Correio do Povo*, *O Ideal*, *Gazeta Catharinense*, *O Clarão*, *O Petardo*, *A Semana*, *O Olho*, *A Verdade*, *O Atalaia*, *Diário da Tarde*, *A Gazeta*, *O Idealista*, *Imprensa Nova*, *Diário Catarinense*, *A Ponte* e *Jornal da Semana* (121 cartas). Lages: *O Lageano*, *Gazeta de Lages*, *Região Serrana*, *O Imparcial*, *O Planalto*, *A Época*, *Correio de Lages*, *Guia Serrano*, *Correio Lageano*, *Jornal da Serra* e *Jornal de Lajes* (123 cartas).

entre a segunda metade do século XIX e o final do século XX, mais especificamente a partir da década de 1880 (data do primeiro jornal disponível em Lages) até a década de 1990 (*corpus* PHPB-SC). As reflexões foram suscitadas a partir da observação de que a periodização histórica se mostrara um fator extralinguístico significativo no uso variável das formas verbais de PS e de PI (fator não explorado pela autora), o que nos levou a problematizar em que medida um resultado estatisticamente significativo para a periodização poderia, por si só, ser interpretado como evidência de mudança em tempo real.

No estudo de Pimpão (2012), o foco da análise recaiu predominantemente sobre as variáveis independentes de natureza linguística, tendo a autora priorizado a descrição dos contextos sintático-semântico-pragmáticos em que se dá a variação entre PS e PI. Nosso interesse é revisitar alguns daqueles resultados, correlacionando-os aos diferentes períodos temporais controlados, de modo a delinear um percurso dos usos variáveis de PS e PI, em busca de indícios de transição (LABOV, 1982; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006). Considerando a problemática de ordem metodológica apontada no parágrafo inicial, centramos nossas (re)análise e discussão na amostra de cartas ao redator de jornais catarinenses, buscando, na sequência, alguma possível aproximação com os resultados diacrônicos de Almeida (2010) e com resultados sincrônicos de Pimpão (2012), obtidos a partir de entrevistas sociolinguísticas realizadas nas mesmas cidades da amostra diacrônica do PHPB-SC, resguardadas as especificidades de cada trabalho e/ou amostra.

Em resposta à problematização inicialmente levantada e considerando o problema de transição, acreditamos que, embora resultados quantitativos possam indicar incremento gradativo no uso de uma forma e no declínio de outra, somente uma análise mais fina dos contextos linguísticos em que se realiza a variável em cada recorte temporal permitirá identificar as condições de possível expansão de uso de PI no domínio canônico de PS, bem como os contextos de restrição em que o PS se manteria (quase) absoluto. Com ancoragem em uma perspectiva funcionalista, partimos da hipótese geral de que o contexto que propicia a expansão de uso de PI é o de modalidade epistêmica e que o contexto que restringe seu uso é o de modalidade deôntica. Além disso – com base na literatura da área exposta nas seções seguintes, bem como em alguns resultados apresentados em Pimpão (2012) –, acreditamos que elementos tradicionalmente tidos como gatilhos formais para o uso de PS também desfavoreçam a expansão de PI na escrita.

O trabalho se inscreve numa abordagem de interface entre a teoria da variação e mudança e o funcionalismo linguístico de vertente norte-americana, considerando-se que esses campos teóricos convergem em relação a: prioridade atribuída à língua em uso, suscetível à variação e mudança; visão de mudança como contínua e gradual; papel de destaque atribuído à frequência; importância conferida a fatores de natureza interacional; ideia de forças em competição; entre outros aspectos (cf. GÖRSKI; TAVARES, 2013; TAVARES; GÖRSKI, 2015).

O artigo se organiza em torno dos seguintes tópicos: visão panorâmica sobre o modo subjuntivo e indicativo em gramáticas e estudos linguísticos; modalidade e modo numa perspectiva funcionalista; variação, transição e mudança; delimitação do fenômeno variável; análise e discussão dos dados; e considerações finais.

## **CONTEXTUALIZANDO: O MODO SUBJUNTIVO E O INDICATIVO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA, NORMATIVA E DESCRITIVA**

Iniciamos esta seção com uma breve retrospectiva histórica, passando por Fernão de Oliveira (1975), João de Barros (1957) e Jerônimo Barboza (1830), além de reportar rapidamente os gramáticos gregos Dionísio o Trácio e Apolônio Díscolo (cf. revisão feita por Moura Neves [2005]), considerados como os primeiros a indicarem a categoria de modo em formas gramaticais. Na sequência, contemplamos alguns gramáticos normativos modernos e estudiosos de formação linguística ou filológica que apresentam uma abordagem descritiva.

Dionísio o Trácio e Apolônio Díscolo listam cinco modos verbais: indicativo, imperativo, optativo (*outativo*), subjuntivo e infinitivo. Enquanto Dionísio o Trácio apenas classifica os modos, Apolônio Díscolo caracteriza cada um deles, a partir da concepção de modo como disposição da alma do falante (entende-se que o termo falante evoca a existência de enunciador e enunciatário, seja na modalidade oral, seja na escrita). O modo indicativo e o subjuntivo são assim caracterizados pelo gramático grego: indicativo – modo da afirmação do fato expresso pelo verbo; subjuntivo – por não poder formar uma oração independente, estaria sempre subordinado a uma conjunção (MOURA NEVES, 2005). Percebe-se, nessa caracterização, um aparente conflito entre uma concepção semântica de modo como expressão de uma disposição da alma do falante e uma caracterização sintática que atrela o modo a uma oração dependente encabeçada por uma conjunção. Essa ambivalência vai persistir ao longo do tempo, como podemos notar a seguir.

No século XVI, Fernão de Oliveira (1975, p. 122) apenas registra que cada conjugação “tem seus modos, como *falamos, falemos, falai e falar*” (referindo-se, pelos exemplos, aos modos indicativo, subjuntivo, imperativo e infinitivo, respectivamente). Barros (1957, por sua vez, lista os mesmos modos elencados pelos gregos e seguidos pelos latinos. O autor distingue o indicativo do optativo e do subjuntivo assim: o indicativo é o modo para demonstrar, o optativo é o modo “desejador” (remetendo ao tempo vindouro, portanto futuro) e o subjuntivo é o “ajuntador, porque, per ele, ajuntamos i adicao com outra, pera dar perfeito entendimento no animo do ouvinte” (p. 29) (remetendo ao tempo presente). Essa distinção entre o modo optativo e o subjuntivo encontra-se, atualmente, neutralizada na morfologia do presente do subjuntivo.

Já no século XIX, Barboza (1830, p. 200) concebe o modo como “as diferentes maneiras de enunciar a coexistência do atributo no sujeito da proposição”. O gramático admite a possibilidade de outros modos verbais, mas enfatiza três: o infinitivo – caracterizado pela total indeterminação; o indicativo – caracterizado por sua independência; e o subjuntivo – caracterizado por sua dependência. Segundo o autor, o subjuntivo enuncia “a coexistência do atributo no sujeito da proposição de um modo afirmativo, mas sempre precário e dependente da afirmação de outro verbo, em cuja significação va preparada a indecisão e incerteza, própria da Linguagem subjuntiva” (BARBOZA, 1830, p. 203). Destaca-se, aqui, o caráter duplamente dependente do subjuntivo: sintaticamente subordinado a outra oração e semanticamente sob o escopo da significação (de incerteza) do verbo da oração à qual se subordina. Barboza considera que os gramáticos admitem a incorporação do modo optativo ao modo subjuntivo.

No século XX, de modo geral, as gramáticas normativas convergem ao considerar que o modo verbal indica a atitude da pessoa que fala em relação ao fato reportado, assentando-se o indicativo e o subjuntivo basicamente na distinção entre realidade e irrealidade, respectivamente. Ao modo subjuntivo, são associados valores de incerteza, dúvida, hipótese, eventualidade, irrealidade; ao modo indicativo, valores de certeza, realidade (TÓRRES, 1970; LUFT, 1971; CUNHA; CINTRA, 1985). Em relação ao emprego do subjuntivo, Cunha e Cintra afirmam que esse modo “denota que uma ação, ainda não realizada, é concebida como dependente de outra, expressa ou subentendida” (p. 454), sendo o modo por excelência das orações subordinadas; quando usado em orações absolutas, “acentua fortemente a expressão da vontade do indivíduo que fala” (p. 454).

No entrecruzamento da prescrição e da descrição, Bechara (2015) trata do modo e do tempo do verbo no escopo de “unidades no enunciado”. Para ele, enquanto o modo indicativo mostra a posição do falante em referência a fatos vistos como verossímeis, o subjuntivo expressa a posição do falante em referência a fatos incertos. Já no nível sintático, o modo indicativo aparece não só nas orações independentes, mas também nas dependentes que encerram um fato tido como real; e o modo subjuntivo ocorre nas subordinadas em que o fato é dado como incerto, duvidoso, impossível, além de orações independentes optativas e com *talvez*.

Em uma perspectiva descritiva e atento ao funcionamento da gramática na construção do texto, Azeredo (2008) situa o modo verbal (juntamente com a modalidade, o tempo e o aspecto) no escopo sintático da predicação. No caso do modo, segundo o autor, é a morfologia verbal que expressa a atitude do enunciador (o *modus*) acerca do objeto da comunicação (o *dictum*): atitude de certeza – modo indicativo; ou de hipótese ou suposição – modo subjuntivo. Do ponto de vista sintático, o modo indicativo é associado a fatos de existência objetiva expressos em enunciados declarativos simples, ao passo que o subjuntivo é associado a fatos que são dependentes do ponto de vista do enunciador, aparecendo tipicamente em estruturas subordinadas.

A partir desse apanhado, observa-se que o modo subjuntivo desliza entre diferentes níveis, sendo visto em sua tripla face – semântico-pragmática (associada a valores atitudinais) e sintática (associada à relação de dependência e subordinação), ambas expressas na face morfológica da desinência modo-temporal. Verifica-se também que há uma convergência entre os gramáticos referidos em associar subjuntivo e subordinação, com a ressalva de que Bechara (2015) deixa implícita a ideia de variação, ao considerar que o modo indicativo pode aparecer em orações subordinadas que encerrem um fato tido como real. A vinculação entre o modo e o tipo de oração é tão forte que Castilho e Elias (2011, p. 178) chegam a afirmar que “[o]s termos *subjuntivo* e *subordinado* são sinônimos [...]”. Com o tempo, *subjuntivo* se especializou como rótulo de um modo verbal, e *subordinado* como rótulo de um tipo de sentença”. Tal ideia coloca relevo no caráter formal do subjuntivo.

Devido aos gatilhos sintáticos e lexicais que requerem o modo subjuntivo na flexão verbal, alguns linguistas consideram que a morfologia verbal, por si só, não carrega distinção de modalidade. Tal esvaziamento modal é considerado por Câmara Jr. (1986, p. 145) uma “servidão gramatical”. Nessa direção, Mattos e Silva (2006) admite o uso do subjuntivo “a partir de características das frases em que se encaixa, por isso é considerado um padrão formal sem a marcação de valores semânticos independentes” (p. 119). Perini (1996) acentua ainda mais o caráter formal do subjuntivo, ao considerar que há uma tendência da oposição indicativo/subjuntivo no português brasileiro tornar-se essencialmente formal, e “os casos em que se pode ver um efeito semântico imputável ao modo são excepcionais e tendem a desaparecer na língua moderna” (p. 257). A perda gradual das distinções de modo também é assinalada em outras línguas, como no estudo de Silva-Corvalán (1994) sobre o espanhol falado em Los Angeles. O fato de o subjuntivo ser usado em certos tipos de frase, no entanto, não pressupõe uma omissão do falante, segundo Câmara Jr. (1974): a atitude mantém-se, porém fora da estrutura mórfica.

A interação entre os níveis morfossintático e semântico-pragmático é bem apontada por Castilho (2010), para quem “uma operação linguística tão importante quanto é a avaliação sobre o que estamos falando, ao mesmo tempo em que falamos, não poderia ser entregue apenas à morfologia do verbo” (p. 438). O autor salienta que os modos representam atos de fala, apresentando, portanto, uma propriedade discursiva, o que nos leva “para fora da sentença enunciada e para dentro da situação de enunciação, mostrando que a seleção dos modos não tem uma motivação exclusivamente sintática” (p. 438). Esse olhar coloca fortemente em cena a noção de modalização e modalidade.

A modalização pode ser definida como uma estratégia “por meio da qual o enunciador expressa atitudes e opiniões relativamente ao conteúdo proposicional” (AZEREDO, 2008, p. 90). A modalidade é associada ao *modus*, entendido por Azeredo como “a atitude ou ponto de vista do enunciador relativamente ao objeto de sua comunicação” (p. 209), entre cujos recursos gramaticais de expressão encontram-se

formas verbais no subjuntivo, auxiliares modais e operadores como *talvez*, *é necessário*, entre outros. Nota-se que o modo verbal constitui uma das estratégias para sinalizar a modalidade no nível morfológico, porém é uma categoria dependente de contexto.

Nessa rápida visão panorâmica, podemos perceber diferentes abordagens do modo subjuntivo, desde uma interpretação formal com esvaziamento modal na morfologia do verbo até uma interpretação funcional/discursiva, que contempla a morfologia verbal de modo(-tempo) como um dos operadores da modalidade.

## **MODALIDADE E MODO NUMA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA**

Tomamos como base teórico-conceitual a noção de modalidade e de modo de Givón, ancorada na concepção de gramática da vertente funcionalista norte-americana (GIVÓN, 1995, 2001, 2002, 2005). Nessa perspectiva, a língua é concebida como um sistema adaptativo complexo em constante mudança e variação, que se ajusta às necessidades cognitivas e comunicativas dos falantes, e cujas categorias são gradientes. A gramática como estrutura codifica articuladamente os planos da semântica proposicional (informação sobre eventos/estados e entidades participantes) e da pragmática multiproposicional (contexto comunicativo mais amplo, que abrange os propósitos do falante, a interação falante-ouvinte e o contexto discursivo), expandindo seu escopo, portanto, para além da sentença.

A modalidade é um dos componentes que integram o domínio funcional multidimensional do tempo-aspecto-modalidade (TAM), o qual envolve categorias que se entrecruzam e, em alguma medida, se sobrepõem (GIVÓN, 2001), recobrando áreas funcionais gerais ou mais restritas, a depender do ajuste de foco da lente do analista. Essa propriedade multifacetada do domínio funcional lhe atribui um caráter relativo, uma vez que um domínio maior frequentemente se subdivide em subdomínios que se intersectam e interagem entre si (GÖRSKI; TAVARES, 2017). É nesse sentido que tanto TAM como a modalidade podem ser caracterizados como domínios funcionais.

O caráter multidimensional da noção de domínio funcional está presente na definição de modalidade como “um domínio funcional complexo [...] que compreende alguns subdomínios mais semânticos e outros mais pragmáticos” (GIVÓN, 1995, p. 111), os primeiros tradicionalmente associados ao subcomponente epistêmico e os últimos ao subcomponente deôntico. Givón, contudo, em consonância com a ideia de que as categorias são gradientes, postula que a independência conceptual desses subcomponentes se dá apenas em termos prototípicos, uma vez que, numa abordagem cognitivo-comunicativa (funcional) da gramática, categorias epistêmicas se mostram “relativamente contaminadas pela desordem pragmática das deônticas”<sup>2</sup> (p. 111-112).

---

<sup>2</sup> “relatively untainted by the pragmatic mess of deontics”.

A noção de domínio funcional está vinculada ao princípio funcionalista de estratificação, segundo o qual novas camadas (formas) estão continuamente emergindo dentro de um domínio, sem que as camadas mais antigas necessariamente desapareçam, ou seja, diferentes camadas podem coexistir e interagir no âmbito de um domínio funcional (HOPPER, 1991). Essa noção é retomada na seção que trata da delimitação da variável.

Givón vincula o modo subjuntivo ao *irrealis*, por sua vez situado no âmbito das modalidades. Rompendo com a visão tradicional que trata a modalidade como uma propriedade das proposições e que praticamente a circunscreve ao âmbito oracional, já que diz respeito à atitude do falante diante da proposição, Givón estende as quatro principais modalidades proposicionais epistêmicas da tradição lógica para uma equivalência comunicativa, redefinindo-as mediante uma interpretação comunicativo-pragmática: i) verdade necessária à pressuposição; ii) verdade factual à asserção *realis*; iii) verdade possível à asserção *irrealis*; iv) não verdade à asserção negativa. Essa redefinição coloca no circuito estados epistêmicos e metas comunicativas dos interlocutores. Desse modo, a modalidade epistêmica deixa de ser vista com significado semanticamente orientado para o falante e passa a ser vista, assim como a deôntica, com significado pragmaticamente negociado na interação, envolvendo o falante e ouvinte.

A asserção *irrealis* é assim definida:

A proposição é *fracamente asserida* como possível, provável ou incerta (submodos epistêmicos), ou necessária, desejada ou indesejada (submodos avaliativos/deônticos). Mas o falante *não* está pronto para sustentar a asserção com evidência ou outras bases fortes; e a contestação do ouvinte é prontamente recebida, esperada ou mesmo solicitada<sup>3</sup> (GIVÓN, 2001, p. 302).

Observe-se que a asserção *irrealis* envolve tanto valores epistêmicos como deônticos. A vinculação entre subjuntivo e *irrealis* estabelecida por Givón, portanto, contempla a ideia de que o modo subjuntivo se distribui entre esses diferentes valores, razão pela qual, para compreender o lugar do modo subjuntivo, é preciso, antes, compreender o lugar da modalidade *irrealis*, como definida na citação anterior.

Na perspectiva givoniana, o subjuntivo é mais provável de aparecer sob o escopo deôntico e, se deôntico, então incerteza epistêmica, uma vez que o submodo deôntico, que é fortemente associado à projeção futura, carrega inerentemente um valor de incerteza epistêmica. A incerteza epistêmica constitui, nesses termos, o traço comum aos submodos epistêmico e deôntico da modalidade *irrealis* (GIVÓN, 1995). Há, nesse sentido, uma nítida relação entre submodo deôntico, projeção temporal futura e modo subjuntivo – relação já, de certa forma, indicada por Barros (1957), para quem a morfologia flexional

---

<sup>3</sup> “The proposition is *weakly asserted* to be either possible, likely or uncertain (epistemic sub-modes), or necessary, desired or undesired (valuative-deontic sub-modes). But the speaker is *not* ready to back up the assertion with evidence or other strong grounds; and challenge from the hearer is readily entertained, expected or even solicited.”

do presente do modo subjuntivo, como conhecemos atualmente, expressa o presente e o futuro do modo optativo, modo do desejo. O exemplo a seguir ilustra essa correlação e configura o contexto de modalidade prototípico de uso de PS.

(01) [...] apresso-me a *PEDIR*-vos *QUE* no proximo numero d'O Ideal *PUBLIQUEIS* a corrigenda que ora vos remeto. (FLP, *O Ideal*, 1906<sup>4</sup>)

Em (01), o remetente manifesta o desejo de que sua carta seja publicada. No contexto em análise, o verbo *pedir* expressa esse valor volitivo ao mesmo tempo em que imprime um tom de manipulação, pois, com a manifestação de seu desejo, o remetente procura persuadir o redator do jornal a publicar a carta. O alvo do desejo, a publicação da corrigenda, está sob o escopo deôntico, podendo vir, ou não, a ser concretizado; está, portanto, projetado para o futuro.

Em uma perspectiva comunicativa, a modalidade é negociada na interação: “a atitude do falante não é apenas – nem principalmente – sobre a proposição propriamente dita, mas sim sobre a atitude do ouvinte em relação à proposição assim como em relação ao falante”<sup>5</sup> (GIVÓN, 2005, p. 149). A modalidade configura-se, pois, como um domínio funcional complexo marcado por momentos mais epistêmicos e momentos mais deônticos, a depender do processo simbiótico instaurado na interação comunicativa entre os participantes.

## VARIAÇÃO, TRANSIÇÃO, MUDANÇA

Que a língua é um sistema inerentemente heterogêneo e ordenado que contém, além de regras categóricas, também regras variáveis, é um dos pressupostos que fundamentam a Teoria da Variação e Mudança (LABOV, 1982, 2008; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006). Regras variáveis envolvem fatores contextuais que condicionam o uso variável de fenômenos gramaticais, ou seja, que condicionam o uso de uma ou de outra forma variante. Duas ou mais formas variantes constituem uma variável linguística – conceito desenvolvido originalmente por Labov, na década de 1960, para a análise da variabilidade fonológica –, a qual requer que as formas variantes façam referência ao mesmo estado de coisas, isto é, que veiculem o mesmo significado referencial ou representacional, podendo ser intercambiáveis em um mesmo contexto (LABOV, 2006). A extensão da noção de variável linguística para níveis gramaticais mais altos é abordada na seção seguinte.

---

<sup>4</sup> A indicação entre parênteses assinala a cidade de coleta – FLP para Florianópolis e LGS para Lages – o nome do jornal e o ano de publicação da carta ao redator da qual o dado foi extraído.

<sup>5</sup> “The speaker attitude is, in turn, never just – not even primarily – about the proposition itself, but rather about the *bearer's attitude* toward the proposition as well as toward the speaker.”

Como se resolve uma situação de variação? Duas (ou mais) formas podem conviver como variantes por um longo tempo numa situação de variação estável, ou a variação pode ser resolvida por mudança, que se dá de forma lenta e gradual: uma das formas pode ter sua frequência aumentada enquanto a outra diminui seu uso, podendo vir a desaparecer; ou as formas podem coexistir, porém uma delas se especializa para uso em determinado contexto, enquanto a outra continua a desempenhar sua função de origem. Na perspectiva sociolinguística, uma das assertivas gerais é de que nem toda variação leva à mudança, mas toda mudança pressupõe variação (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006), de modo que uma situação de variação é sempre um gatilho para uma mudança.

Weinreich, Labov e Herzog postulam cinco problemas empíricos que devem orientar as pesquisas sociolinguísticas, assim sintetizados: restrição – contempla as condições possíveis para que mudanças possam ocorrer; encaixamento – mostra como as mudanças estão encaixadas na estrutura linguística e social; transição – envolve a passagem de uma mudança de um estágio a outro; avaliação – examina como as mudanças podem ser avaliadas; implementação – responde por que uma mudança ocorre em uma língua em uma época e não em outra língua e em outra época. Labov (2001, p. 261) aponta “a predominância de fatores internos em dois (o problema das restrições e o da transição)”.<sup>6</sup> Esses são os problemas que nos interessam discutir neste artigo.

A mudança de um estágio a outro da língua pode se dar por transmissão geracional, por difusão de um grupo social a outro, por difusão de um período de tempo a outro e/ou por expansão de contextos linguísticos de uso de uma forma variante. É sobre essas duas últimas facetas do problema de transição que recai nossa atenção. Uma situação de variação pode ir gradativamente se alterando à medida que os contextos linguísticos de uso de uma das formas em relação a outra vão se expandindo e rompendo barreiras linguísticas. É possível captar analiticamente tanto a difusão de uma forma em novos contextos, como os contextos que funcionam como restrição, impedindo ou retardando a entrada da forma. Nesse sentido, podemos observar que há uma íntima relação entre restrição e transição.

No caso do fenômeno variável que é nosso objeto de investigação, a periodização histórica da amostra permite que se faça uma análise do comportamento linguístico em tempo real. O que buscamos averiguar é a possibilidade de se identificar, em cada período de tempo, quais contextos favorecem a expansão de uso de PI e quais contextos restringem esse uso.

## **DELIMITAÇÃO DO FENÔMENO VARIÁVEL**

Desde a década de 1970, alguns sociolinguistas têm proposto estender a aplicação

---

<sup>6</sup> “the predominance of internal factors in two (the constraints and transition problems)”

da metodologia variacionista à análise de fenômenos gramaticais acima da fonologia, o que implicou rever o critério de “mesmo significado”, que passou a ser interpretado como “comparabilidade funcional” (LAVANDERA, 1978, p. 181) ou “mesma função comunicativa” (MILROY; GORDON, 2003, p. 170). Nesse sentido, o critério relevante para definir uma variável linguística deixa de ser a equivalência semântica e passa a ser a equivalência discursiva ou funcional (TAGLIAMONTE, 2006). O fenômeno linguístico em análise neste artigo envolve variação em nível gramatical mais alto, sendo atravessado por fatores de natureza morfossintática e semântico-pragmática. Como definir e delimitar a variável linguística que apresenta tal propriedade?

Como já mencionado na seção que trata de modalidade e modo, o fenômeno variável em foco se situa no escopo do domínio funcional TAM (tempo-aspecto-modalidade), envolvendo categorias que, em alguma medida, se entrecruzam e se sobrepõem, tanto na constituição do fenômeno variável em si como nos condicionadores contextuais que o circunscvem. A noção de “mesma função comunicativa” pode ser equiparada à de “mesmo domínio funcional”, de sorte que a tarefa de recortar as camadas que coexistem e concorrem num mesmo domínio (HOPPER, 1991) pode ser vista, em determinadas situações, como equivalente à tarefa de recortar as variantes de uma variável linguística (GÖRSKI; TAVARES, 2017).

Ao lidar com a definição da variável linguística, é preciso considerar que os termos “presente do subjuntivo” e “presente do indicativo” remetem simultaneamente a uma forma (uma categoria gramatical) e a uma função. O PS designa tanto a forma verbal que codifica o tempo-modo com morfologia própria (componente morfológico), como a função de referência temporal presente associada prototipicamente ao traço de modalidade *irrealis* (componente semântico-pragmático). Similarmente, o PI designa tanto a forma verbal que codifica o tempo-modo com morfologia própria (componente morfológico), como a função de referência temporal presente associada prototipicamente ao traço de modalidade *realis* (componente semântico-pragmático). Como essa definição de PS e de PI é formulada em termos de prototipicidade, no uso efetivo da língua não é incomum encontramos essas formas verbais em contextos imbricados de modalidade *realis-irrealis*, como veremos na análise adiante – situação que é compatível com a assertiva funcionalista de que as categorias não são discretas. No que diz respeito a tempo, embora o presente costume ser definido como simultâneo ao momento de fala, tomado como ponto de referência, seu funcionamento pode recobrir uma lacuna temporal espreada tanto para o passado como para o futuro. Nesse sentido, o escopo de PS, por ser associado à modalidade *irrealis*, pode ser mais fortemente espreado para o futuro do que o de PI.

Para delimitar a variável linguística, Pimpão (2012) considerou a correlação forma/função, mas priorizou como ponto de partida a forma para averiguar o comportamento variável de PS e de PI, baseando-se nas condições de emprego de PS comumente enumerados em gramáticas normativas, tanto em orações independentes com *talvez* como em orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. A partir

desses contextos, foram testadas, na amostra, as possibilidades de intercambialidade de PS e PI, levando em conta que tal alternância poderia envolver diferentes matizes de modalidade, o que foi contornado mediante o controle de variáveis independentes. As ocorrências seguintes ilustram o comportamento variável de PS e PI, respectivamente, em contexto sintático de oração adjetiva.

- (02) Como sou proprietário e antigo morador desta cidade, pagando muitos impostos, acho-me no direito de também reclamar alguma coisa *QUE* me *INCOMMUNE* e *QUE* não *ESTEJA* certa. (LGS, *A Época*, 1927)
- (03) Imaginemos uma empresa *QUE* o seu contínuo *SAI* pra os bancos e *FICA* uma, duas horas parado num só banco. (LGS, *Correio Lageano*, 1997)

Em ambos os casos, a forma variante concorrente poderia ter sido empregada. Inclusive, em (03), a situação apresentada é hipotética, sinalizada pelo verbo *imaginemos*, contexto em que é esperado o PS, de acordo com gramáticos normativos (CUNHA; CINTRA, 1985; MENDES DE ALMEIDA, 2005).

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise proposta busca responder à problematização levantada na Introdução, traduzida na seguinte questão: o declínio em termos percentuais e probabilísticos no uso de formas verbais de PS ao longo do tempo é um indicador seguro de mudança em tempo real, no sentido de que o modo indicativo estaria tomando o lugar do subjuntivo na expressão do tempo presente? Em termos gerais, acreditamos que: (i) o contexto que propicia a expansão de uso de PI é o de modalidade epistêmica com projeção temporal espalhada e o contexto que restringe seu uso é o de modalidade deôntica com projeção de futuridade; (ii) elementos tradicionalmente tidos como gatilhos formais para o uso de PS desfavoreçam a expansão de PI na escrita.

Começamos apresentando a distribuição frequencial geral de PS e de PI nas cartas ao redator de jornais de Florianópolis e de Lages. Para efeito de comparação inicial, foram consideradas as duas cidades reunidas e também isoladamente.

**Tabela 1** – Frequência geral de uso de **PS** e de **PI** na escrita

| Florianópolis/Lages |     |       | Florianópolis |     |       | Lages |     |       |
|---------------------|-----|-------|---------------|-----|-------|-------|-----|-------|
| PS                  | PI  | Total | PS            | PI  | Total | PS    | PI  | Total |
| 427                 | 72  | 499   | 195           | 35  | 230   | 232   | 37  | 269   |
| 85%                 | 15% |       | 84%           | 16% |       | 86%   | 14% |       |

Fonte: Adaptada de Pimpão (2012, p. 296).

Os contextos de variação que foram encontrados em 244 cartas examinadas totalizaram 499 ocorrências em ambas as cidades. O resultado frequencial para o uso de PS e de PI mostra-se muito aproximado, com diferença de apenas dois pontos percentuais: o PS exibe uma robusta produtividade na amostra de escrita florianopolitana e lageana (84% e 86%, respectivamente); conseqüentemente, o PI mantém-se com produtividade relativamente baixa, em proporção similar nas duas localidades (16% e 14%, respectivamente).

Como se trata de uma amostra diacrônica, era esperado que a *periodização* se mostrasse uma variável independente significativa, podendo apontar um movimento gradativo de mudança linguística, com diminuição no uso de PS e, por conseguinte, expansão de PI. A periodização foi, de fato, selecionada como estatisticamente relevante pelo programa *Goldvarb* (ROBINSON. LAWRENCE; TAGLIAMONTE, 2001), tanto na rodada com as cidades reunidas como na rodada individual de Lages. Mostraram-se significativas, também, as seguintes variáveis linguísticas: submodos (deôntico e epistêmico), projeção temporal (futura e espraiada) e valores dos submodos (volição, avaliação, manipulação, probabilidade, crença e certeza) – variáveis associadas à modalidade; além da configuração sintática (com *talvez*, oração adverbial, adjetiva e substantiva) (PIMPÃO, 2012).

Os resultados apresentados a seguir (da Tabela 2 à Tabela 4) tomam como variante de referência PS, pois as rodadas estatísticas foram realizadas com foco no subjuntivo. Importa observar, porém, que nosso interesse de discussão aqui é uma possível transição de uso de PS para PI, tido como a forma inovadora nesses contextos.

**Tabela 2** – Correlação entre a *periodização* e o uso de **PS vs. PI** na escrita

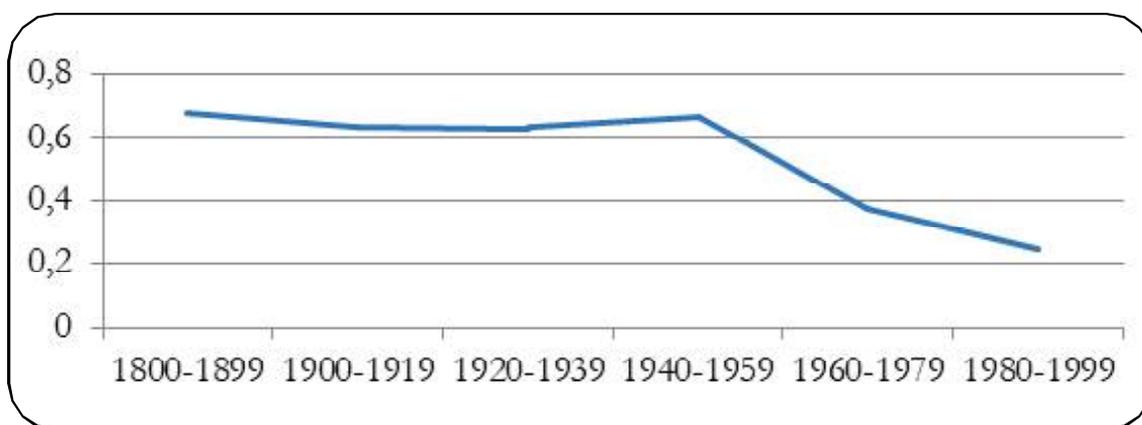
| Cidade       | Florianópolis/Lages |           |       | Florianópolis  |           |         | Lages             |           |       |
|--------------|---------------------|-----------|-------|----------------|-----------|---------|-------------------|-----------|-------|
|              | Períodos            | Apl./T    | %     | P.R.           | Apl./T    | %       | P.R. <sup>7</sup> | Apl./T    | %     |
| 1880-1899    | 57/63               | 90        | 0,675 | 26/30          | 86        | (0,563) | 31/33             | 93        | 0,817 |
| 1900-1919    | 61/71               | 85        | 0,632 | 38/46          | 82        | (0,513) | 23/25             | 92        | 0,851 |
| 1920-1939    | 89/101              | 88        | 0,631 | 34/39          | 87        | (0,509) | 55/62             | 88        | 0,634 |
| 1940-1959    | 55/60               | 91        | 0,662 | 28/30          | 93        | (0,743) | 27/30             | 90        | 0,755 |
| 1960-1979    | 71/85               | 83        | 0,371 | 21/26          | 80        | (0,497) | 50/59             | 84        | 0,192 |
| 1980-1999    | 94/119              | 78        | 0,245 | 48/59          | 81        | (0,328) | 46/60             | 76        | 0,220 |
| <b>TOTAL</b> | <b>427/499</b>      | <b>85</b> |       | <b>195/230</b> | <b>84</b> |         | <b>232/269</b>    | <b>86</b> |       |

Fonte: Adaptada de Pimpão (2012, p. 299).

<sup>7</sup> Embora a periodização não tenha mostrado significância estatística para Lages, optamos por apresentar os resultados probabilísticos entre parênteses, para efeito de comparação.

Observa-se, de acordo com a Tabela 2, que a variação está presente desde o primeiro período considerado: em Florianópolis, há 14% de PI, e em Lages, 7% dessa variante entre 1880 e 1899. Esse resultado vai se alterar sensivelmente a partir de 1960, período em que o percentual de PI sobe para 20% em Florianópolis e para 16% em Lages. No período seguinte, 1980-1999, a taxa de PI em Florianópolis praticamente se mantém (19%), mas continua subindo em Lages (24%), de sorte que a média percentual nas cidades reunidas chega a 22% de PI, mais do que o dobro da taxa encontrada no primeiro período.

Os pesos relativos (mais que os percentuais) flagram a queda acentuada de PS e, conseqüentemente, um aumento de PI a partir de 1960, que segue crescendo até a década de 1990. Esse movimento se verifica tanto nas duas cidades reunidas como isoladamente, notadamente em Lages. O gráfico a seguir, com resultados de P.R. para as duas localidades reunidas, permite uma melhor visualização desse movimento.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

**Gráfico 1** – *Periodização* histórica e uso de **PS** vs. **PI** na escrita de Florianópolis e de Lages

Os resultados exibidos na Tabela 2, e graficamente representados em termos probabilísticos, levam-nos, num primeiro momento, a considerar o prognóstico de Perini (1996) de que o subjuntivo tenderia a ser eliminado, principalmente o tempo presente, crença que está em consonância com a ideia de outros autores que admitem a perda gradual das distinções de modo (CÂMARA JR, 1986; SILVA-CORVALÁN, 1994; MATTOS E SILVA, 2006). Esses resultados nos incitam a buscar identificar os contextos de ocorrência da variável linguística em questão em cada um dos períodos. Antes, porém, de examinar cruzamentos entre períodos e tipos de contexto, convém observarmos resultados gerais de outras variáveis independentes concernentes à modalidade e à configuração sintática. A Tabela 3 exhibe a correlação entre os *submodos* (deôntico e epistêmico) e a *projeção temporal* (futura e espriada) e o uso de PS *versus* PI.

**Tabela 3** – Correlação entre os *submodos* e a *projeção temporal* e o uso de **PS vs. PI** na escrita

| Submodo                  | Florianópolis/Lages |           |       | Florianópolis  |           |       | Lages          |           |       |
|--------------------------|---------------------|-----------|-------|----------------|-----------|-------|----------------|-----------|-------|
|                          | Apl./T              | %         | P.R.  | Apl./T         | %         | P.R.  | Apl./T         | %         | P.R.  |
| Dêontico                 | 298/308             | 96        | 0,772 | 129/133        | 96        | 0,753 | 169/175        | 96        | 0,788 |
| Epistêmico               | 129/191             | 67        | 0,122 | 66/97          | 68        | 0,179 | 63/94          | 67        | 0,080 |
| <b>TOTAL</b>             | <b>427/499</b>      | <b>85</b> |       | <b>195/230</b> | <b>84</b> |       | <b>232/269</b> | <b>86</b> |       |
| <b>Projeção temporal</b> |                     |           |       |                |           |       |                |           |       |
| Projeção futura          | 286/295             | 96        | 0,715 | 125/131        | 95        | 0,653 | 161/164        | 98        | 0,788 |
| Projeção espaiada        | 141/204             | 69        | 0,210 | 70/99          | 70        | 0,302 | 71/105         | 67        | 0,114 |
| <b>TOTAL</b>             | <b>427/499</b>      | <b>85</b> |       | <b>195/230</b> | <b>84</b> |       | <b>232/269</b> | <b>86</b> |       |

Fonte: Pimpão (2012, p. 298).

Os resultados para os *submodos* são bastante significativos: os contextos deônticos são os que favorecem fortemente o uso de PS em ambas as localidades, com um peso relativo associado acima de 0,75, tendo o PI apenas 4% de ocorrências nesse subcomponente da modalidade. Em contrapartida, em contextos epistêmicos, a taxa de PI aumenta para 33% e o peso relativo associado a PS cai acentuadamente para menos de 0,20, indicando um resultado polarizado para os submodos. O contexto deôntico tem sido apontado em diferentes estudos – conduzidos com dados de fala – como um importante ambiente de retenção do modo subjuntivo (ALVES NETA, 2000; GONÇALVES, 2003; FAGUNDES, 2007; PIMPÃO, 1999, 2012). Os resultados da amostra de cartas ao redator, exibidos na Tabela 3, estão alinhados com esses estudos e com a previsão givoniana, na medida em que o submodo deôntico retém o PS, e o submodo epistêmico constitui um ambiente propício à realização do PI.

Ainda no âmbito da modalidade, os submodos têm uma relação direta com a *projeção temporal da situação*. Os resultados evidenciam a relevância dessa variável independente no uso de PS e PI. O PS é favorecido em contextos de projeção futura – escopo da modalidade *irrealis* – e fortemente desfavorecido em contextos de projeção espaiada – que recobre a interface *realis-irrealis*. Esses resultados também convergem com os encontrados em outros estudos (PIMPÃO, 1999, 2012; MEIRA, 2006; CARVALHO, 2007– para dados de fala; e ALMEIDA, 2010 – para dados de escrita). Assim, a projeção espaiada constitui o ambiente favorável à ocorrência de PI, justamente por abarcar um espectro temporal mais alargado.

Apresentamos, a seguir, dados que ilustram a combinação de fatores do submodo e da projeção temporal. Na ocorrência (01), já apresentada, – em que o remetente tenta promover uma mudança de comportamento do redator do jornal, persuadindo-o a

publicar a carta, ainda que de forma suave, expressa pelo verbo *pedir* – convergem o *submodo deontico* e a *projeção temporal futura*. Como vimos nos resultados expostos na Tabela 3, esse é o contexto preferencial para o uso de PS.

A ocorrência a seguir agrega *submodo deontico* com *projeção temporal espraçada* – a felicitação ocorre no momento de escrita da carta, felicitação esta motivada pela qualidade da redação das matérias publicadas no jornal.

- (04) A elevação de vistas e o apurado criterio com que tem sido redigida a *GAZETA*, são motivos *PARA QUE* o *FELICITEMOS* de coração [...] (LGS, *Gazeta de Lages*, 1892)

Em contraponto, os dados a seguir exemplificam o submodo *epistêmico* associado à *projeção temporal espraçada*, contexto mais favorável a PI.

- (05) *CREIO* mesmo *QUE* os artefatos nucleares é que *SÃO* os responsáveis por esta grande confusão climática. (FLP, *Jornal da Semana*, 1980)

- (06) Mas, sr. Dr. uma coisa esse conceituado jornal tem esquecido e *TALVEZ* essa *SEJA* de maior alcance político e social. (FLP, *Diário da Tarde*, 1950)

Em (05), a confusão climática não é questionável, porém a incerteza reside na possibilidade dos artefatos nucleares serem os responsáveis por essa confusão, objeto da opinião, da crença, da suposição do remetente da carta. A situação incerta se espraia no tempo, compreendendo passado, presente e futuro. Embora o submodo epistêmico associado à projeção temporal espraçada instaure um ambiente bastante favorável ao uso do PI, há gatilhos gramaticais que parecem atuar com mais força, inibindo o modo indicativo, como é o caso de (06). O remetente afirma que algo foi esquecido pelo jornal e que esse algo talvez seja de maior alcance. Há, nesse sentido, uma incerteza com relação ao alcance político e social do que foi esquecido, possibilidade que diz respeito a algo que continua no esquecimento do jornal, configurando uma projeção espraçada.

Na ocorrência (07), o submodo *epistêmico* está associado à *projeção temporal futura*.

- (07) Quando forem publicados esses quadros de que fallamos e examinados devidamente, terá então o publico occasião de verificar que não estamos phantasiando, *CASO ENTENDA* que foi com tal objectivo que viemos occupar uma columna deste jornal. (LGS, *Região Serrana*, 1899)

De início, o fragmento do jornal já assinala uma situação ainda por ser realizada – a publicação de quadros. Uma vez publicados, o público terá a chance de compreender o contexto da situação, ainda na eventualidade de entender – para usar o verbo do dado – o objetivo da coluna do jornal ter sido utilizada. O contexto, na íntegra, remete ao porvir, a situações que podem vir – ou não – a acontecer.

Cada um dos submodos reúne diferentes valores. No espectro deôntico, o valor de volição mostrou-se ambiente categórico de PS, seguido do valor de manipulação (com 97% de PS) e de avaliação (com 85% de PS), conforme, respectivamente, ilustrado de (08) a (10).

(08) *ESPERO*, todavia, *QUE* depois a Prefeitura não *RESOLVA* inverter as prioridades. (FLP, *O Estado*, 1980)

(09) Nestas condições, a não ser por ignorância ou má fé ninguém terá o direito de *AFFIRMAR QUE* a elevação de entrança de uma comarca *POSSA* concorrer para a elevação de impostos. (LGS, *O Planalto*, 1923)

(10) Não é de *ADMIRAR QUE* o Snr. Ver. se *OPPONHA* ao uso livre da razão, porque a igreja romana sempre se opoz a esta liberdade humana [...]. (FLP, *Sul-Americano*, 1900)

Já no espectro epistêmico, que probabilisticamente inibe PS e favorece PI, são os valores combinados de probabilidade/crença, conforme ilustrado em (07), associados à baixa certeza, que se mostram mais abertos à variação (com 59% de PS), seguidos do valor de certeza (com 80% de PS), como ilustra o dado (11). Logo, o submodo epistêmico de baixa certeza é o que se mostra como ambiente mais propício a PI, que atinge cerca de 40% de frequência nesse contexto.

(11) *EMBORA* o Nordeste brasileiro *FIQUE* a muitos quilômetros de Santa Catarina, alguns fenômenos característicos daquela região podem ser vistos claramente em nosso estado. (FLP, *O Estado*, 1992)

Considerando o efeito da modalidade, causa surpresa, pelo menos à primeira vista, o percentual elevado para os dados de PS com valor de certeza (80%). Um exame minucioso de cada ocorrência que carrega esse valor mostra que a maioria dos dados com PS é de oração adverbial concessiva, como exemplificado em (11). Nesses casos, ocorre o que Câmara Jr. (1986, p. 145) denomina “servidão gramatical”. São gatilhos sintáticos que promovem o uso do PS a despeito da certeza epistêmica instaurada discursivamente. Nos termos de Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), é o ambiente típico do modo subordinante, caracterizado como a particularidade de determinados tipos de oração promoverem o uso do subjuntivo. Assim, (11) ilustra como conectores da oração adverbial concessiva (como *ainda que*, *conquanto*, *embora*, *mesmo que*, *sem que*) funcionam como gatilhos sintáticos, independentemente do grau de certeza envolvido.

Na investigação do uso variável do modo subjuntivo em perspectiva diacrônica, em amostras diversificadas que compreendem os séculos XIII e XX, Almeida (2010) encontrou resultados aproximados para os casos de conectores concessivos: (i) uso categórico de subjuntivo sob o escopo dos conectores *mesmo que* e *sem que*; e (ii) uso praticamente categórico sob o escopo dos conectores *embora* e *por mais que*.

O último resultado de caráter geral a ser examinado, antes de retomarmos a periodização, diz respeito à configuração sintática, que envolve os contextos com o item *talvez* e os três tipos de oração subordinada: adverbial, adjetiva e substantiva.

**Tabela 4** – Correlação entre *tipo de contexto sintático* e o uso de **PS** vs. **PI** na escrita

| Tipo de contexto | Florianópolis/Lages |           |       | Florianópolis  |           |       | Lages          |           |       |
|------------------|---------------------|-----------|-------|----------------|-----------|-------|----------------|-----------|-------|
|                  | Apl./T              | %         | P.R.  | Apl./T         | %         | P.R.  | Apl./T         | %         | P.R.  |
| <i>Talvez</i>    | 11/11               | 100       | —     | 05/05          | 100       | —     | 06/06          | 100       | —     |
| Adverbial        | 118/120             | 98        | 0,922 | 64/64          | 100       | —     | 54/56          | 96        | 0,788 |
| Adjetiva         | 65/80               | 81        | 0,376 | 31/38          | 81        | 0,738 | 34/42          | 80        | 0,220 |
| Substantiva      | 233/288             | 80        | 0,292 | 95/123         | 77        | 0,421 | 138/165        | 83        | 0,469 |
| <b>TOTAL</b>     | <b>427/499</b>      | <b>85</b> |       | <b>195/230</b> | <b>84</b> |       | <b>232/269</b> | <b>86</b> |       |

Fonte: Adaptada de Pimpão (2012, p. 299).

A despeito do número reduzido de dados, o PS é de uso categórico sob o escopo do modalizador *talvez* (06). O contexto de oração adverbial, que apresenta um número bem maior de ocorrências, também mostra uma alta frequência de PS (acima de 95%), sendo ambiente categoricamente inibidor de PI em Florianópolis (cf. dados (07) e (11)). Os contextos que mostram variação na frequência de uso das formas verbais é o de oração adjetiva e substantiva que, em termos probabilísticos, contrastam Florianópolis e Lages, uma vez que as adjetivas favorecem PS na capital (0,738) e inibem essa forma em Lages (0,220), favorecendo, conseqüentemente, PI (cf. dados (02) e (03)). A convergência entre as cidades se dá nas orações substantivas, que desfavorecem PS e favorecem PI em ambas as localidades (cf. dados (01), (04), (05), (08), (09) e (10)). Interessante observar que, no resultado para as cidades reunidas, o P.R. associado a PS em orações substantivas é o mais baixo (0,292) em relação aos demais contextos sintáticos.

Sintetizando os resultados gerais apresentados nas tabelas precedentes, temos que: (i) há uma queda no uso de PS e conseqüente aumento de PI a partir da década de 1960; (ii) contexto deôntico e projeção temporal futura favorecem PS, enquanto contexto epistêmico e projeção temporal espalhada favorecem PI; (iii) valores de volição e manipulação estão fortemente associados a PS, ao passo que valores de probabilidade/crença são os mais atrelados a PI; (iv) orações com *talvez* e orações adverbiais são contextos praticamente categóricos de PS, enquanto orações adjetivas e, principalmente, substantivas são os contextos mais propensos a PI.

Uma vez apresentados os resultados gerais concernentes a todos os períodos das amostras, passamos a focalizar especificidades de cada período em relação aos contextos semântico-pragmáticos e sintáticos, buscando encontrar evidências para nossas hipóteses acerca da periodização.

Os resultados gerais suscitam a seguinte problematização: o aumento na frequência de PI a partir da década de 1960 ocorre acompanhado de uma maior recorrência de contextos de submodo epistêmico e/ou de projeção espaiada e de orações substantivas nessas últimas décadas? Para verificar a configuração desses contextos em cada período temporal, o primeiro procedimento concentrou-se em realizar dois cruzamentos: *periodização* com *submodo* e *periodização* com *projeção temporal*, conforme mostra a Tabela 5. Os resultados, a partir de agora, são referentes a PI *vs.* PS.

**Tabela 5** – Cruzamento entre *periodização* e *submodo/projeção temporal* e o uso de **PI vs. PS** na escrita de Florianópolis e de Lages

| Período      | Sub. Epistêmico |           | Sub. Deontico |           | Proj. espaiada |           | Proj. futura  |           |
|--------------|-----------------|-----------|---------------|-----------|----------------|-----------|---------------|-----------|
|              | Apl./T          | %         | Apl./T        | %         | Apl./T         | %         | Apl./T        | %         |
| 1880-1899    | 06/23           | 26        | 0/40          | 0         | 06/29          | 21        | 0/34          | 0         |
| 1900-1919    | 09/36           | 25        | 01/35         | 03        | 09/37          | 24        | 01/34         | 03        |
| 1920-1939    | 11/45           | 24        | 01/56         | 02        | 10/51          | 20        | 02/50         | 04        |
| 1940-1959    | 04/20           | 20        | 01/40         | 02        | 04/19          | 21        | 01/41         | 02        |
| 1960-1979    | 13/28           | 46        | 01/57         | 02        | 12/20          | 60        | 02/65         | 03        |
| 1980-1999    | 19/39           | 49        | 06/80         | 08        | 22/48          | 46        | 03/71         | 04        |
| <b>TOTAL</b> | <b>62/191</b>   | <b>32</b> | <b>10/308</b> | <b>03</b> | <b>63/204</b>  | <b>21</b> | <b>09/295</b> | <b>03</b> |

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A expectativa era de que a frequência de PI aumentasse em direção ao final do século XX, tanto em contexto de submodo epistêmico como de projeção temporal espaiada. Conforme pode ser observado na Tabela 5, de 1880 a 1959, a frequência de PI se mantém, de certa forma, estável, com percentuais entre 20% e 26% para ambos os fatores. Nos dois períodos subsequentes – e tomando como referência o resultado relativo ao período imediatamente precedente –, o uso de PI mais que dobra para o submodo epistêmico (46%) e triplica em contexto de projeção espaiada (60%). No último período, o uso dessa forma variante levemente aumenta para o submodo epistêmico e cai na projeção espaiada, ainda que essa queda tenha um valor percentual (46%) equivalente a mais que o dobro dos registrados nos quatro períodos anteriores. Em contrapartida, em contexto de projeção temporal futura, a frequência de PI mantém-se baixíssima ao longo do século; já o submodo deontico mostra uma certa flexibilização no último período, fase em que o uso de PI aumenta levemente nesse contexto.

Comparando-se os resultados apresentados nas tabelas 2 e 5, notamos que a queda na frequência de PS nos dois últimos períodos (Tabela 2) coincide justamente

com os contextos de submodo epistêmico e de projeção temporal espreada (Tabela 5), em que se dá o aumento de uso de PI. Buscando entender melhor as motivações contextuais para a ruptura verificada a partir da década de 1960, procedemos a um cruzamento entre *periodização* e *tipo de contexto sintático*, cujo resultado está na Tabela 6.

**Tabela 6** – Cruzamento entre *periodização* e *tipo de contexto sintático* e o uso de **PI vs. PS** na escrita de Florianópolis e de Lages

| Período      | Or. Substantiva |           | Or. Adjetiva |           | Or. Adverbial |           | Talvez      |          |
|--------------|-----------------|-----------|--------------|-----------|---------------|-----------|-------------|----------|
|              | Apl./T          | %         | Apl./T       | %         | Apl./T        | %         | Apl./T      | %        |
| 1880-1899    | 04/36           | 11        | 01/10        | 10        | 01/15         | 07        | 0/02        | 0        |
| 1900-1919    | 08/35           | 23        | 02/14        | 14        | 0/20          | 0         | 0/02        | 0        |
| 1920-1939    | 09/53           | 17        | 03/24        | 12        | 0/21          | 0         | 0/03        | 0        |
| 1940-1959    | 04/36           | 11        | 01/08        | 12        | 0/14          | 0         | 0/02        | 0        |
| 1960-1979    | 11/54           | 20        | 03/13        | 23        | 0/17          | 0         | 0/01        | 0        |
| 1980-1999    | 19/74           | 26        | 05/11        | 45        | 01/33         | 03        | 0/01        | 0        |
| <b>TOTAL</b> | <b>55/288</b>   | <b>19</b> | <b>15/80</b> | <b>19</b> | <b>02/120</b> | <b>02</b> | <b>0/11</b> | <b>0</b> |

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Dentre os quatro tipos de contexto sintático, o ambiente preferencial de PI é o de oração substantiva e adjetiva, em que essa forma verbal alcança 19% de frequência *versus* 81% de PS. Considerando os números absolutos, o contexto de oração substantiva corresponde a mais da metade dos dados da amostra ( $288/499 = 58\%$ ) e é nesse contexto sintático que se encontram a grande maioria das ocorrências de PI registradas ( $55/72 = 76\%$ ). Observando a periodização, nota-se que, embora a forma verbal indicativa apareça em orações substantivas desde 1880, sua frequência aumenta nos dois últimos períodos, acompanhando o aumento de ocorrências desse contexto sintático particularmente no último período. Nota-se que 30 dos 55 dados de PI em orações substantivas concentram-se a partir de 1960. Em relação às adjetivas, 8 dos 15 dados de PI também se situam, com frequência ascendente, nos dois últimos períodos. Como já vimos anteriormente, orações com *talvez* restringem categoricamente a entrada de PI, o mesmo praticamente acontecendo com as orações adverbiais.

Refinando ainda mais a análise, buscamos averiguar que tipo de oração substantiva constitui o ambiente preferencial ao uso de PI e se há um tipo de oração que se destaca nos dois últimos períodos. Os resultados exibidos na Tabela 7 colocam luz sobre essas questões.

**Tabela 7** – Cruzamento entre *periodização* e *tipo de oração substantiva* e o uso de **PI vs. PS** na escrita de Florianópolis e de Lages

| Período      | Objetiva Direta |           | Completiva Nominal |           | Subjetiva    |           | Objetiva Indireta |          |
|--------------|-----------------|-----------|--------------------|-----------|--------------|-----------|-------------------|----------|
|              | Apl./T          | %         | Apl./T             | %         | Apl./T       | %         | Apl./T            | %        |
| 1880-1899    | 04/23           | 17        | 0/02               | 0         | 0/08         | 0         | 0/03              | 0        |
| 1900-1919    | 08/22           | 36        | 0/0                | 0         | 0/08         | 0         | 0/05              | 0        |
| 1920-1939    | 09/36           | 25        | 0/07               | 0         | 0/08         | 0         | 0/02              | 0        |
| 1940-1959    | 02/23           | 09        | 01/05              | 20        | 01/05        | 20        | 0/03              | 0        |
| 1960-1979    | 10/33           | 30        | 01/13              | 08        | 0/05         | 0         | 0/03              | 0        |
| 1980-1999    | 17/46           | 37        | 0/07               | 0         | 02/10        | 20        | 0/11              | 0        |
| <b>TOTAL</b> | <b>50/183</b>   | <b>27</b> | <b>02/35</b>       | <b>06</b> | <b>03/44</b> | <b>07</b> | <b>0/26</b>       | <b>0</b> |

Fonte: Elaborada pelas autoras.

O primeiro resultado que nos chama a atenção é a alta ocorrência de orações objetivas diretas como ambiente mais propício à realização da variável em análise. Esse contexto sintático abriga 50 dos 72 dados (70%) de PI da amostra. Esperava-se que houvesse um comportamento particularizado nos dois últimos períodos, que pudesse justificar o relativo salto no aumento de PI a partir da década de 1960, mas o que vemos é uma certa simetria na distribuição frequencial dessa forma verbal nas orações objetivas diretas (à exceção do período de 1940-1959, que apresenta a taxa mais baixa de PI [9%] nesse contexto sintático). Em números absolutos, seguindo o padrão de distribuição verificado na Tabela 6, mais da metade dos dados de PI nas orações objetivas diretas se situam no último período.

Um exame desses 50 dados de PI, a partir de um cruzamento entre *periodização* e *traço semântico do item* verbal da oração matriz, mostra que, em 49 casos, o verbo é de cognição, conforme resultados exibidos na Tabela 8, na página seguinte.

Os 63 verbos de cognição na oração matriz estão assim distribuídos para PI/T: *crer* = 17/23; *achar* = 14/15; *pensar* = 08/09; *supor* = 05/05; *acreditar* = 05/09; e *julgar* = 0/02. Desses, os itens lexicais *crer* e *acreditar* são os mais propensos à variação com PS; já *supor* é categórico e *achar* e *pensar* praticamente categóricos para PI; por fim, *julgar* é categórico para PS. Esses verbos, como já salientado, estão associados à modalidade epistêmica, que, por sua vez, constitui um ambiente propício ao uso de PI, conforme indicam os resultados apresentados na Tabela 3. Embora apareçam nos contextos de variação desde o primeiro período, tais itens lexicais concentram-se mais nos dois últimos períodos da amostra analisada, somando 33 ocorrências, em 27 das quais aparece PI, número que supera o total de PI dos quatro períodos anteriores. Assim, não apenas o

contexto com verbo de cognição aumenta em direção ao final do século XX, como aumenta o uso dessa forma variante. No entanto, não é possível ignorar o resultado de 88% entre as décadas de 1900-1919, percentual muito próximo ao alcançado no último período.

**Tabela 8** – Cruzamento entre *periodização* e *traço semântico do item verbal* das orações substantivas e o uso de **PI** vs. **PS** na escrita de Florianópolis e de Lages

| Período      | Verbos de cognição |           | Todos os demais <sup>8</sup> |            |
|--------------|--------------------|-----------|------------------------------|------------|
|              | Apl./T             | %         | Apl./T                       | %          |
| 1880-1899    | 04/06              | 67        | 0/17                         | 0          |
| 1900-1919    | 07/08              | 88        | 1/14                         | 07         |
| 1920-1939    | 09/13              | 69        | 0/23                         | 0          |
| 1940-1959    | 02/23              | 67        | 0/20                         | 0          |
| 1960-1979    | 10/14              | 71        | 0/19                         | 0          |
| 1980-1999    | 17/19              | 89        | 0/27                         | 0          |
| <b>TOTAL</b> | <b>49/63</b>       | <b>78</b> | <b>01/120</b>                | <b>0,8</b> |

Fonte Elaborada pelas autoras.

A sensibilidade do indicativo a contextos de oração objetiva direta sob o escopo de verbos de cognição também foi constatada na pesquisa diacrônica realizada por Almeida (2010). Na análise de diferentes textos, a autora encontrou percentuais elevadíssimos para o indicativo nesse contexto sintático desde o século XIII, a saber: o item *achar* se mostrou categórico para PI ao longo do tempo até o século XIX (a autora menciona que apenas nos séculos XV e XX encontrou variação, mas não especifica o quantitativo); os itens *crer/acreditar*, tratados conjuntamente, mostraram-se categóricos para PI nos séculos XIII e XVII e, nos demais séculos, oscilaram entre os percentuais de 92% e 62% de PI (com o declínio acentuado de frequência verificada no século XX); o item *pensar* aparece com 100% de PI no século XV e, nos demais séculos em que foi encontrada, a frequência oscila entre 77% e 87% para essa forma verbal. Esses resultados estão em consonância com aqueles encontrados na escrita do final do século XIX e século XX em Florianópolis e Lages. Ou seja, *achar* tem se mostrado, dentre os verbos de cognição, o mais prototípico para abrigar PI sob seu escopo.

<sup>8</sup> Outros traços semânticos: bicondicional, bicondicional negativo, condicional, implicativo, implicativo negativo, factivo-emotivo/avaliativo, não-factivo não-volitivo, não-factivo volitivo, performativo (PIMPÃO, 2012).

O verbo *achar*, em especial, mostra-se muito produtivo na fala. Analisando dados de 48 entrevistas sociolinguísticas realizadas na década de 1990 (banco de dados Varsul) das cidades de Florianópolis e Lages (24 de cada cidade), com informantes estratificados por faixa etária (de 25 a 50 e acima de 50 anos), gênero/sexo (masculino e feminino) e escolaridade (primário, ginásial e colegial), Pimpão (2012) encontrou 926 contextos previstos como de PS (considerando todos os contextos sintáticos), potencialmente variáveis, em sintonia com os critérios utilizados pela autora na amostra diacrônica. Desses, 448 ocorrências (praticamente a metade dos dados) eram com o verbo *achar* na oração matriz, sendo apenas 6 com PS (em Lages). Computando todos os dados, incluindo aqueles com *achar*, verificou-se a seguinte distribuição frequencial na fala, incluindo todos os contextos sintáticos: 70% de PI *versus* 30% de PS. Já desconsiderando os dados com esse item verbal, a distribuição foi: 42% de PI *versus* 58% de PS.

Para a amostra de fala, excluídos da análise quantitativa os dados com *achar*, mostraram-se estatisticamente significativos os seguintes condicionadores (entre outros): projeção temporal, valores dos submodos e tipo de contexto sintático. Em relação aos contextos relacionados à modalidade, mostraram-se contextos favorecedores de PI: submodo epistêmico, projeção temporal espraiada e valores associados a graus de certeza e avaliação. Por outro lado, como contextos que propiciam PS: submodo deôntico, projeção futura e valores associados a volição. No que tange à configuração sintática, PI teve a seguinte distribuição: 56% em orações adjetivas, 43% em adverbiais, 37% com *talvez* e 32% com substantivas.

É evidente que o percentual mais baixo de PI nas orações substantivas deve-se à retirada dos dados com verbo *achar* na oração matriz (contexto praticamente categórico de PI na amostra). Com a inclusão dos dados com esse item lexical, o percentual de PI com as substantivas ultrapassa 80%. Por outro lado, merece destaque o fato de haver percentual relativamente alto de PI, em relação ao padrão normativo, em contexto com *talvez* e nas orações adverbiais – contextos que apresentam gatilhos sintáticos que requerem o PS.

Não vamos nos estender nos resultados sincrônicos para a fala, apenas compará-los rapidamente com os resultados diacrônicos obtidos para a escrita. Pode-se observar que os contextos condicionadores operam na mesma direção, independentemente da modalidade e dos períodos temporais – o que se observa também em outros estudos: Pimpão (1999), Alves Neta (2000), Gonçalves (2003), Meira (2006), Carvalho (2007), Fagundes (2007) e Almeida (2010). A diferença mais significativa diz respeito ao forte espraiamento de PI para outros contextos sintáticos, além do ambiente de oração substantiva, evidenciando, como esperado, que, na modalidade oral, as restrições contextuais verificadas na escrita vão se rompendo com mais rapidez.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alinhado a uma abordagem de interface entre a teoria da variação e mudança e o funcionalismo linguístico, este trabalho tratou o presente do subjuntivo e o presente do indicativo como função e como forma gramatical, definidas em termos prototípicos, mas analisadas em seu funcionamento, considerando que a modalidade (domínio funcional complexo que abriga PS e PI) é negociada na interação, em trânsito pelo *continuum realis-irrealis*. Nessa perspectiva, o contexto variável de PS e PI foi equiparado a um domínio funcional constituído por camadas estratificadas em movimento, condicionadas por fatores de natureza sintático-semântico-pragmática.

Dentre os cinco problemas postulados por Weinreich, Labov e Herzog (2006) com que deve lidar a teoria da variação e mudança, dois receberam especial atenção neste trabalho: restrição e transição. O problema da restrição requer um tratamento cuidadoso dos contextos condicionantes que podem vir a indicar tanto condições possíveis como restrições para a mudança. Nesse sentido, as variáveis semântico-pragmáticas e sintáticas que se mostraram significativas no trabalho de Pimpão (2012) acerca da variação entre PS e PI foram retomadas, reexaminadas e detalhadas, considerando-se a configuração contextual característica em cada período de tempo, resultante de cruzamentos entre as variáveis. O exame do contexto variável em cada período e ao longo dos períodos permitiu verificar não só a distribuição frequencial das formas concorrentes gradativamente ao longo do tempo, mas também o padrão contextual de realização de cada uma das variantes em cada recorte temporal. Com o retrato da variável em cada período, foi possível observar o movimento de expansão dos contextos de variação aliado ao aumento de frequência da forma de PI, considerada inovadora nesses contextos – duplo movimento que é característico de transição.

Assim, revisitando resultados do trabalho de Pimpão (2012), o estudo buscou averiguar se o declínio, em termos quantitativos, no uso de formas verbais de PS ao longo do tempo seria, por si só, um indicador seguro de mudança em tempo real. Resumidamente, o que se encontrou na escrita de cartas ao redator em Santa Catarina (Florianópolis e Lages) oferece um indicativo: (i) de aumento de frequência de PI a partir da década de 1960; (ii) de que os contextos favoráveis a esse aumento de PI são o submodo epistêmico com projeção temporal espreada e orações substantivas objetivas diretas com verbos de cognição, notadamente o item lexical *achar* (contextos que se mostram mais abertos ao uso de PI desde o primeiro período analisado na amostra); (iii) de que o submodo deôntico com projeção futura, que constitui ambiente *irrealis* por excelência, é o contexto prototípico de uso de PS mantido ao longo do tempo; (iv) de que há restrição à entrada de PI em contextos com *talvez* e orações adverbiais, que apresentam gatilhos formais que, pelo padrão normativo, requerem PS. Esses resultados de fatores que atuam imbricadamente, coocorrendo com PS e PI em cada período e ao

longo do tempo, dão sustentação à hipótese que orientou o trabalho e fortalecem a ideia de que PS e PI se encontram numa etapa de transição gradual, em que PI vai lentamente se espalhando para o domínio funcional de PS.

A projeção que podemos fazer a partir desses resultados é que a frequência de PI tenderá a aumentar nos contextos descritos em (ii); conseqüentemente, os contextos descritos em (iii) devem continuar atuando como forte restrição a PI; que os contextos descritos em (iv) vão gradativamente cedendo espaço para a expansão de PI também nesses ambientes; e que fatores associados à modalidade vão continuar atuando e competindo com os sintáticos, especialmente no que diz respeito a orações adverbiais e com *talvez*. Essa interpretação é respaldada pelos resultados sincrônicos de fala (PIMPÃO, 2012). Ademais, podemos atestar que, pelo menos na escrita, a perda das distinções de modo verbal previstas por autores como Câmara Jr. (1986), Silva-Corvalán (1994), Perini (1996) e Mattos e Silva (2006), embora em andamento, ainda está longe de se efetivar, notadamente pela força da associação entre projeção futura e subjuntivo, mantendo-se o padrão já descrito por Barros (1957) e acentuado por Givón (1995), ao atrelar esse modo verbal ao traço de futuridade do submodo deôntico.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. S. de. *Variação de uso do subjuntivo em estruturas subordinadas: do século XIII ao XX*. 2010. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ALVES, R. F. *A expressão de modalidades típicas do subjuntivo em duas sincronias do português: século XVI e contemporaneidade*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

ALVES NETO, A. *O uso de formas do indicativo por formas do subjuntivo no português brasileiro*. 2000. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BARBOSA, A. F. *Alternância de formas indicativas e subjuntivas na fala de Vitória (ES)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

BARBOZA, J. S. *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia da Académia Real das Sciencias, 1830.

- BARROS, J. de. *Gramática da língua portuguesa*. 3. ed. 1957 [1540]. (Organização José Pedro Machado).
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 38. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- BRAGANÇA, M. L. L. *Uma proposta de articulação teórico-metodológica entre os campos variacionista, funcionalista e dialógico para o tratamento de variação/mudança: reflexões a partir da expressão do futuro do presente*. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- BOTELHO PEREIRA, M. A. *Aspectos da oposição modal indicativo/subjuntivo no português contemporâneo*. 1974. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1974.
- BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- CÂMARA JR, J. M. *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1974.
- CÂMARA JR, J. M. *Dicionário de lingüística e gramática*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CARVALHO, H. M. de. *A alternância indicativo/subjuntivo nas orações substantivas em função dos tempos verbais presente e imperfeito na língua falada do Cariri*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CASTILHO, A. T. de; ELIAS, V. M. *Pequena gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2001.
- COSTA, I. B. *O verbo na fala de camponeses: um estudo de variação*. 1990. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FAGUNDES, E. D. *As ocorrências do modo subjuntivo nas entrevistas do VARSUL no estado do Paraná e as possibilidades de variação com o modo indicativo*. 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- GIVÓN, T. *Syntax: An introduction*. v. I-II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

- GIVÓN, T. *Bio-linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2002.
- GIVÓN, T. *Context as other minds: the pragmatics of sociality, cognition and communication*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005.
- GONÇALVES, J. R. *Considerações sobre a flutuação no emprego do subjuntivo em contextos orais do Português do Brasil*. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2003.
- GÖRSKI, E.; TAVARES, M. A. Reflexões teórico-metodológicas a respeito de uma interface sociofuncionalista. *Revista do GELNE*, Natal, v. 15, n. esp., 79-101, 2013.
- GÖRSKI, E.; TAVARES, M. A. O objeto de estudo na interface variação-gramaticalização. In: BAGNO, M.; CASSEB-GALVÃO, V.; REZENDE, T. F. (org.). *Dinâmicas funcionais da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2017. p. 35-63.
- HOPPER, P. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (org.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p. 17-35.
- LABOV, W. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (ed.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982. p. 81-84.
- LABOV, W. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.
- LABOV, W. *The social stratification of English in New York City*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006 [1966].
- LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. Tradução Marcos Bagno; Maria Marta Pereira Scherre; Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LAVANDERA, B. Where does the sociolinguistic variable stop? *Language in Society*, v. 7, p. 171-182, 1978.
- LUFT, C. P. *Gramática resumida*. Porto Alegre: Globo, 1971.
- MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MEIRA, V. *O uso do modo subjuntivo em orações relativas e completivas no português afro-brasileiro*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- MENDES DE ALMEIDA, N. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

- MILROY, L.; GORDON, M. Beyond phonology: analyzing and interpreting higher level variation. In: MILROY, L.; GORDON, M. *Sociolinguistics: method and interpretation*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 169-197.
- MOURA NEVES, M. H. de. *A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. São Paulo: UNESP, 2005.
- OLIVEIRA, F. de. *A gramática da linguagem portuguesa*. Obra atualizada por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional, 1975 [1536].
- OLIVEIRA, M. do C. de. *O uso do modo verbal em estruturas de complementação no português do Brasil*. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- PERINI, M. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1996.
- PIMPÃO, T. S. *Variação no presente do modo subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática*. 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.
- PIMPÃO, T. S. *Uso variável do presente do modo subjuntivo: uma análise de amostras de fala e escrita das cidades de Florianópolis e Lages nos séculos XIX e XX*. 2012. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- PIMPÃO, T. S.; GÖRSKI, E. M. Interpretação qualitativa de resultados quantitativos: uma análise do processo metodológico na comparação de diferentes pesquisas. *Working Papers em Linguística*, Florianópolis, n. 1, p. 71-81, 2010.
- ROBINSON, J.; LAWRENCE, H.; TAGLIAMONTE, S. *GoldVarb 2001: a multivariate analysis application for Windows*. User's manual. 2001.
- ROCHA, R. C. *A alternância indicativo/subjuntivo nas orações subordinadas substantivas em português*. 1997. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 1997.
- SANTOS, R. M. A. dos. *O uso variável do modo subjuntivo em estruturas complexas*. 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2005.
- SILVA-CORVALÁN, C. The gradual loss of mood distinctions in Los Angeles Spanish. *Language Variation and Change*, v. 6, n. 3, p. 255-272, 1994.

TAGLIAMONTE, S. A. *Analysing sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

TAVARES, M. A.; GÖRSKI, E. Variação e sociofuncionalismo. In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. (org.). *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 249-270.

TÔRRES, A. de A. *Moderna gramática expositiva da Língua Portuguesa*. 22. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.

VIEIRA, M. M. M. *Alternância no uso dos modos indicativo e subjuntivo em orações subordinadas substantivas: uma comparação entre o português do Brasil e o francês do Canadá*. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

WHERRITT, I. M. *The subjunctive in Brazilian Portuguese*. 1977. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of New Mexico, Albuquerque, 1977.